

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

ANALISTA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

REDE DE COMPUTADORES

2014

- 1) Sobre endereçamento IP, o endereço IP que pertence a sub-rede 10.100.100.128 é
- a) 10.100.100.100
 - b) 10.100.100.150
 - c) 10.100.100.10
 - d) 10.10.100.100
 - e) 10.100.10.100
- 2) Sobre o uso da Técnica CIDR no endereçamento IP, o número de endereços IP que podem ser configurados com a 164.146.20.192/26 é igual a
- a) 192 endereços.
 - b) 164 endereços.
 - c) 100 endereços.
 - d) 65 endereços.
 - e) 62 endereços.
- 3) O item que **NÃO** pode ser protocolo da camada de aplicação da arquitetura TCP/IP é
- a) IMAP
 - b) DNS
 - c) SMTP
 - d) XML
 - e) SIP
- 4) Na arquitetura TCP/IP, os protocolos ICMP e RTP estão localizados, respectivamente, nas seguintes camadas:
- a) Aplicação e rede
 - b) Rede e transporte
 - c) Rede e aplicação
 - d) Transporte e aplicação
 - e) Aplicação e transporte
- 5) Com relação a conceitos básicos sobre organização e arquitetura de computadores, é **CORRETO** afirmar que
- a) a unidade central de processamento é responsável por buscar e executar instruções. Esta unidade também é conhecida como processador.
 - b) a unidade de controle é a parte do processador que efetua operações aritméticas, lógicas e outras operações relacionadas.
 - c) os registradores são definidos como a memória interna rápida do processador. Eles são usados pelo processador e não estão disponíveis para o programador.
 - d) a unidade lógica e aritmética é a parte do processador que controla a execução de operações.
 - e) o barramento é um caminho de comunicação constituído por um conjunto de linhas. Assim, os componentes do computador podem transmitir dados de modo paralelo.

6) A memória é um dos componentes do computador. Em relação à memória é **INCORRETO** afirmar que

- a) a memória Cache é uma memória especial de armazenamento temporário, menor e mais rápida que a memória principal, usada para armazenar uma cópia de instruções ou dados da memória principal.
- b) na memória associativa, cada posição de armazenamento de dados é identificada pelo seu conteúdo, ou parte de seu conteúdo, e não por um valor que identifique sua posição.
- c) a memória secundária é localizada próximo à memória Cache e é formada por discos e fitas magnéticas.
- d) na memória de acesso aleatório, cada posição endereçável é um mecanismo de endereçamento distinto. O tempo de acesso a uma dada posição é independente da sequência de acessos anteriores.
- e) a memória virtual é um espaço de endereçamento que pode ser visto como o armazenamento principal endereçável pelo usuário do computador, no qual um endereço virtual é convertido em um endereço real.

7) A respeito da API do Win32 para segurança, é **INCORRETO** afirmar que

- a) LookupAccountSid – busca o identificador de segurança (SID) para um dado nome de usuário.
- b) SetSecurityDescriptorDacl – anexa uma lista de controle de acesso discrecional (DACL) a um descritor de segurança.
- c) AddAccessAllowedAce – Adiciona um novo elemento de controle de acesso (ACE) a uma lista de controle de acesso discrecional (DACL) ou lista de controle de acesso ao sistema (SACL), permitindo o acesso.
- d) SetSecurityDescriptorOwner – configura o identificador de segurança (SID) do proprietário no descritor de segurança.
- e) DeleteAce - remove uma lista de controle de acesso discrecional (DACL) de um elemento de controle de acesso (ACE).

8) Em sistemas operacionais Linux, a função usada para criar um novo processo é

- a) createprocess()
- b) sigaction()
- c) execve()
- d) clone()
- e) fork()

9) Um sistema operacional tem como função gerenciar vários recursos. Aquele que **NÃO** se constitui um tipo de gerenciamento é

- a) Gerenciamento da memória.
- b) Gerenciamento de arquivos.
- c) Gerenciamento de registradores.
- d) Gerenciamento de processos.
- e) Gerenciamento de dispositivos de entrada/saída.

10) O protocolo IP é muito importante para o funcionamento da Internet. Sobre esse protocolo é **INCORRETO** afirmar que

- a) permite a fragmentação do datagrama IP.
- b) realiza o roteamento do datagrama IP.
- c) desempenha o repasse do datagrama IP.
- d) oferece um serviço não confiável para a camada de rede.
- e) realiza a tarefa de endereçamento dos computadores na Internet.

11) O protocolo TCP possui as seguintes características, **EXCETO**:

- a) Oferece um serviço confiável para a camada de rede.
- b) Realiza o controle de congestionamento.
- c) Oferece um serviço orientado à conexão fim a fim.
- d) Realiza tarefas da camada de enlace.
- e) Realiza a confirmação de recebimento através do uso de ACK.

12) Em relação ao vírus de computador, é **INCORRETO** afirmar que

- a) Vírus é um pedaço de software que pode infectar outros programas, modificando-os, mas pode gerar cópias de si mesmo.
- b) Vírus do setor inicialização (boot) infecta um registro-mestre de inicialização ou registro de inicialização e se espalha quando um sistema é inicializado, a partir do disco contendo o vírus.
- c) Vírus de macro é independente de plataforma e, geralmente, infectam documentos do Microsoft Word.
- d) Vírus residente na memória aloja-se na memória principal como parte de um programa residente no sistema. Desse ponto em diante, o vírus infecta todo programa executado.
- e) Vírus polifórmico é um vírus que se transforma a cada infecção, impossibilitando a detecção pela assinatura do vírus.

13) A respeito das ferramentas de segurança e desempenho, é **INCORRETO** afirmar que

- a) Um Proxy tem como função detectar conexões HTTP e descartá-las.
- b) Um antivírus tem como tarefas detectar, identificar e remover um vírus.
- c) Um Firewall é uma combinação de hardware e software que isola a rede interna da uma empresa da Internet, permitindo que alguns pacotes passem e bloqueando outros.
- d) Um sistema de prevenção de intrusão é um sistema que filtra o tráfego suspeito.
- e) Um sistema de detecção de intrusão é um sistema que gera alertas, quando observa tráfegos potencialmente mal intencionados.

14) O item que **NÃO** pode ser gerado a partir do uso de chave pública e privada é

- a) o algoritmo de função de hash.
- b) a assinatura digital.
- c) a autenticidade de uma mensagem enviada.
- d) o certificado digital.
- e) o sigilo.

15) Os princípios de segurança da informação estão listados nas alternativas a seguir, **EXCETO**:

- a) Sigilo
- b) Autenticidade
- c) Vulnerabilidade
- d) Integridade
- e) Disponibilidade

16) Active Directory está relacionado aos itens a seguir, **EXCETO**:

- a) Catálogo global.
- b) implementação de serviço de diretório no protocolo DHCP.
- c) Distribuição de Software Automática.
- d) Gerenciamento centralizado.
- e) Replicação automática.

17) Sobre o padrão IEEE 802.11 é **INCORRETO** afirmar que

- a) necessita de licença da ANATEL para uso comercial.
- b) tem como subpadrões de cada camada física e enlace: IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11g e IEEE 802.11n.
- c) utiliza o CSMA/CA como o protocolo de acesso ao meio físico.
- d) opera nas faixas de frequência de 2,4 GHz e 5GHz.
- e) suporta dois modos de funcionamento: o modo infraestruturado e o modo *ad hoc*.

18) A respeito do correio eletrônico, é **INCORRETO** afirmar que o protocolo

- a) SMTP transfere mensagens de servidores de correio remetentes para servidores de correio destinatários.
- b) SMTP pode transferir mensagens de um servidor web para um cliente web.
- c) POP3 é um protocolo de acesso de correio eletrônico, ou seja, é utilizado pelo usuário para acessar o seu servidor de correio eletrônico.
- d) SMTP utiliza o TCP na transferência confiável de mensagens para o servidor de destino.
- e) POP3 não provê nenhum meio para um usuário criar pastas remotas e designar mensagens a pastas.

19) Sobre a aplicação Web e o protocolo HTTP, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a aplicação Web é uma aplicação cliente-servidor que permite aos usuários obter documentos de servidores Web por demanda.
- b) o protocolo HTTP define como servidores Web requisitam páginas Web aos clientes e como eles as transferem a servidores.
- c) a aplicação Web consiste em muitos componentes, entre eles um padrão para o formato de documentos, um browser Web, um servidor Web e um protocolo de camada de aplicação.
- d) o protocolo HTTP define o formato e a sequência das mensagens que são trocadas entre o browser e o servidor Web.
- e) o protocolo HTTP usa o TCP como seu protocolo da camada de transporte ao invés do UDP.

20) Dentre os aspectos de segurança na Internet, é **CORRETO** afirmar que

- a) o software PGP é um esquema de criptografia de e-mail que cria e usa um par de chaves públicas e, ainda, oferece a opção de assinar digitalmente a mensagem de e-mail.
- b) o SSL é uma camada de segurança de socket usada pelo protocolo TCP, para que o mesmo ofereça serviços de segurança como sigilo, integridade de dados e autenticação do ponto final.
- c) o SSL é usado para oferecer segurança em transações que ocorrem através do protocolo HTTP, mas pode ser empregado em qualquer aplicação que use o TCP.
- d) o TLS é uma versão modificada do SSL denominada Segurança na Camada de Transporte, tendo sido padronizada pelo IETF.
- e) o software PGP é um esquema de segurança com base em criptografia simétrica e a chave pode ser colocada no site do usuário ou em um servidor de chaves.

21) O cabo de fibra óptica apresenta as seguintes vantagens em relação ao cabo metálico, **EXCETO**:

- a) Imunidade à interferência eletromagnética.
- b) Resistência a materiais corrosivos.
- c) Maior imunidade à interceptação.
- d) Largura de banda mais ampla.
- e) Maior atenuação do sinal.

22) Ethernet é a tecnologia mais usada como rede local. A respeito da tecnologia Ethernet e suas evoluções, é **CORRETO** afirmar que

- a) a Fast Ethernet possibilita uma taxa de dados de até 10Mbps e é compatível com a Ethernet-padrão.
- b) o quadro da Ethernet-padrão tem o comprimento mínimo de 64 bytes.
- c) a Gigabit Ethernet possibilita uma taxa de dados de até 1Gbps, mas não permite transmissão em modo full-dúplex.
- d) a 10 Gigabit Ethernet usa o mesmo formato de quadro (frame) e o tamanho do endereço MAC é 68 bits.
- e) o método Manchester é usado na tecnologia Gigabit Ethernet para a codificação de dados.

23) Sobre as técnicas de multiplexação, é **CORRETO** afirmar que a multiplexação por

- a) divisão de tempo (TDM) é utilizada em circuitos analógicos e não é adequada para uso por um computador.
- b) divisão de frequência (FDM) é utilizada em circuitos eletrônicos digitais.
- c) divisão de comprimento de onda denso (DWDM) é utilizada em canais de redes sem fio.
- d) divisão de comprimento de onda (WDM) é utilizada nos canais de fibra óptica e é uma variação da multiplexação por divisão de frequência (FDM).
- e) divisão de frequência (FDM) é usada na rede óptica síncrona (Synchronous Optical Network - SONET).

24) A respeito das técnicas de comutação, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a comunicação via comutação de circuito necessita de três fases: o estabelecimento da conexão, a transferências dos dados e o encerramento da conexão.
- b) uma rede baseada em comutação é formada por um conjunto de nós interligados chamados de comutadores.
- c) uma rede baseada em circuito, a conexão entre duas estações é realizada por uma rota dedicada.
- d) a comutação de pacote estabelece um caminho fim a fim dedicado entre as estações.
- e) numa rede de comutação de pacotes não existe reserva de recursos, pois são alocados sob demanda.

25) A zona desmilitarizada (desmilitarized zone – DMZ) é muito utilizada para aumentar a segurança de uma rede de computadores. Sobre DMZ, é **CORRETO** afirmar que

- a) é usada para hospedar serviços DNS e servidores de email que necessitam ser acessíveis pelo lado de fora da rede.
- b) a rede interna e a parte de fora (Internet) podem acessar a DMZ.
- c) os computadores existentes na DMZ de uma rede não podem acessar computadores da rede interna.
- d) possui Firewalls e IDS para realizar a segurança da rede interna.
- e) firewall pode ser usado para criar múltiplas zonas de confiança, que podem ser dos seguintes tipos: rede interna, zona desmilitarizada (DMZ) e a interface que liga a Internet.

26) O roteador é um equipamento muito importante para o funcionamento das redes de computadores. Sobre o roteador, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o roteador possui portas de entrada, portas de saídas, processador de roteamento e a estrutura de comutação.
- b) o roteador tem a função de realizar o roteamento na camada de rede.
- c) o roteador tem a função de realizar o endereçamento IP dos pacotes.
- d) o roteador mantém as tabelas de repasse e as atualiza.
- e) na estrutura de comutação do roteador, realiza o repasse dos pacotes de uma porta de entrada para uma porta de saída.

27) **NÃO** se caracteriza como exemplo de virtualização de sistemas operacionais:

- a) XEN
- b) VMware
- c) VirtualPC
- d) VirtualSO
- e) VirtualBox

28) Assinatura digital está relacionada corretamente à seguinte afirmação:

- a) A assinatura digital deve ser verificável e falsificável.
- b) A criptografia de chave pública pode ser usada para prover uma assinatura digital.
- c) Uma assinatura digital pode ser gerada através da criptografia do hash de uma mensagem do remetente com a sua chave pública.
- d) Uma assinatura digital pode ser gerada com o uso da chave pública do remetente.
- e) A assinatura digital do remetente é gerada através da chave privada do destinatário.

29) O protocolo SNMP é utilizado para realizar o gerenciamento de uma rede. Dentro desse contexto, sobre o SNMP, é **CORRETO** afirmar que

- a) o SNMP pode ser usado no modo comando-resposta, no qual um agente SNMP envia uma requisição a entidade gerenciadora SNMP, que a recebe, realiza alguma ação e envia uma resposta à requisição.
- b) o SNMP pode ser usado por uma entidade gerenciadora SNMP para enviar uma mensagem não solicitada, conhecida como trap, para um agente SNMP.
- c) o SNMP pode ser usado por uma entidade gerenciadora SNMP para enviar uma mensagem solicitada, conhecida como trap, para um agente SNMP.
- d) o SNMP pode ser usado no modo comando-resposta, no qual um agente SNMP envia uma requisição a outro agente SNMP.
- e) o SNMP pode ser usado no modo comando-resposta, no qual a entidade gerenciadora SNMP envia uma requisição a um agente SNMP, que a recebe, realiza alguma ação e envia uma resposta à requisição.

30) A respeito de aplicações multimídia, é **CORRETO** afirmar que o protocolo

- a) RTP é usado para fazer o controle da transmissão multimídia.
- b) RTCP é usado para realizar a transmissão das aplicações multimídia.
- c) UDP é usado para o transporte de aplicações multimídia.
- d) VoIP é usado para realizar a transmissão das aplicações de voz.
- e) NSTP é adequado para a transferência de aplicações multimídia.

31) O item que **NÃO** exemplifica áreas de gerenciamento é o seguinte:

- a) Gerenciamento de falhas
- b) Gerenciamento de segurança
- c) Gerenciamento de configuração
- d) Gerenciamento de desempenho
- e) Gerenciamento de planejamento

32) Qualidade de serviço (Quality of Service - QoS) é um importante aspecto das redes de computadores. Aquele que **NÃO** se caracteriza como componente da arquitetura de QoS de uma rede é

- a) Policiador de tráfego.
- b) Marcação de pacotes.
- c) Escalonador de pacotes.
- d) Regulador de roteamento.
- e) Mecanismo de enfileiramento.

33) A respeito do roteamento na Internet, o protocolo que realiza o roteamento entre sistemas autônomos é

- a) RIP
- b) BGP
- c) OSPF
- d) IP
- e) ICMP

34) O protocolo de roteamento interno de um sistema autônomo que é capaz de estruturar, hierarquicamente, esse sistema autônomo é

- a) OSPF.
- b) MPLS.
- c) BGP.
- d) RIP.
- e) IGMP.

35) O arquivo que possui informações utilizadas durante o processo de compilação do kernel é

- a) /usr/src/linux/.config
- b) /usr/src/linux/sysconfig
- c) /usr/src/linux.conf
- d) /etc/kernel.conf
- e) /dev/config/kernel.conf

36) Os dois comandos que exibirão o estado de processos em um sistema Linux são

- a) ls e ds
- b) ps e top
- c) ps e df
- d) ls e df
- e) df e top

37) A ferramenta que pode ser usada para verificar a quantidade de espaço em disco que um usuário está usando em seu diretório home é

- a) du
- b) dev
- c) df
- d) du | df
- e) quota

38) O switch é um importante elemento de interconexão de redes de computadores. É **CORRETO** afirmar que

- a) o switch realiza o roteamento do quadros pela rede.
- b) o switch tem como funções filtragem e repasse de quadros.
- c) uma das funções do switch é propagar o domínio de colisão para todas as suas portas.
- d) o switch permite nativamente o suporte a QoS para diferenciação dos quadros.
- e) um das funções do switch é realizar o endereçamento e a fragmentação dos pacotes.

39) Uma assertiva **CORRETA** em relação às redes locais virtuais (Virtual Local Area Network - VLAN) é

- a) uma VLAN permite aumentar o domínio de colisão.
- b) uma VLAN permite o uso de algoritmos de virtualização de endereços IP.
- c) a ideia central de uma VLAN é dividir uma LAN em segmentos lógicos em vez de físicos.
- d) a ideia central de uma VLAN é oferecer um serviço virtual para aplicações com QoS.
- e) uma VLAN não permite a comunicação entre estações de uma rede virtual, se elas estiverem em switches diferentes.

40) As portas lógicas são identificadores utilizados pelas aplicações web para se comunicarem com seus respectivos servidores. O número de porta lógica dos respectivos servidores das seguintes aplicações: SSH, SMTP e DNS são, respectivamente,

- a) 22, 25 e 53.
- b) 25, 22 e 50.
- c) 20, 21 e 53.
- d) 22, 20 e 50.
- e) 21, 22 e 53.

Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

41) O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

42) A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

43) De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º. §)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º. §)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, (...) (1º. §)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” (1º. §)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º. §)

44) No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, (...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

45) O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, (...)” (1º. §)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” (2º. §)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” (3º. §)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” (5º. §)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” (2º. §)

46) Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º. §)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º. §)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” (1º. §)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, (...) (5º. §)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º. §)

47) A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

48) A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

49) No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

50) O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (3º§).

51) A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

52) No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” (5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

53) Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

54) Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

55) A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

56) O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

57) O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

58) Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”
(2º. §)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...) (3º. §)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” (3º. §)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...) “
(4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...) (2º. §)

59) A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)”(transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

60) A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

61) O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- b) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- c) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

62) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente.

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de, apenas, um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, em que entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

63) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) disponibilidade.
- e) reintegração.

64) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

65) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) redistribuição.
- c) reserva renumerada.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.

66) O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará férias, proibida em qualquer hipótese à acumulação, devido às características da atividade laboral, de

- a) 20 (vinte) dias consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.
- b) 30 (trinta) dias consecutivos de férias no ano da atividade profissional.
- c) 15 (quinze) dias consecutivos de férias em cada semestre.
- d) 60 (sessenta) dias consecutivos ou não de férias no ano da atividade profissional.
- e) 30 (vinte) dias não consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.

67) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias que o servidor percebe mensalmente. Contudo essa remuneração não poderá ser superior à soma dos valores percebidos como remuneração a dos Ministros de Estado. A Lei 8.122/90 exclui do teto de remuneração a seguinte vantagem:

- a) adicional diurno e vespertino relativo ao local ou à natureza do trabalho.
- b) gratificação por encargo de curso ou concurso.
- c) adicional por tempo de serviço militar.
- d) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- e) prestação de serviço continuado e ordinário.

68) Constituem indenizações ao servidor, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações,

- a) gratificações e adicionais.
- b) as indenizações sempre se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
- c) adicional de férias e noturno.
- d) diárias, transporte, auxílio-moradia e ajuda de custo.
- e) retribuição por exercício de função de direção e chefia.

69) As concessões, direitos e vantagens do servidor público, permitem que o mesmo se ausente do serviço, sem qualquer prejuízo,

- a) dois dias para doação de sangue.
- b) oito dias para alistamento ou recadastramento eleitoral.
- c) oito dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, pais, madrasta ou padrasto e filhos.
- d) para todos os dias de provas ao servidor estudante.
- e) pelo menos uma vez por semana, ao servidor portador de deficiência.

70) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, instaurada da seguinte forma:

- a) poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- b) na fase final do processo disciplinar denomina-se julgamento judicial, que poderá ser remetido ao Ministério Público.
- c) por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- d) por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente, sendo que seu presidente será indicado pela autoridade nomeante, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- e) o secretário da comissão será servidor designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.